Justiça Federal Digital | Ano nº10 | Outubro 2017

Justiça Federal

Digital

Justiça Federal apoia e participa da campanha Outubro Rosa

401

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

Outubro Rosa: JFES arrecada donativos em prol da Afecc

A Justiça Federal capixaba também participa da Campanha Outubro Rosa 2017, que visa alertar sobre o câncer de mama, seus sintomas, diagnóstico e tratamentos. Além de iluminar sua sede na e distribuir fitas na cor da campanha, ela arrecada até 31/10 em Vitória e nas demais Subseções (Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Linhares, Colatina e Serra) donativos para a Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (Afecc).

A Afecc atua com uma equipe de 340 voluntários com o objetivo de promover o bem-estar do paciente em tratamento contra o câncer no Hospital Santa Rita de Cássia, localizado em Vitória, que atende pacientes de todo o Espírito Santo e de alguns Estados vizinhos.

"A integração dos profissionais das áreas médica e social, voluntariado e familiares, propicia toda a assistência ao paciente, não apenas quando se encontram internados, mas também domiciliados. Isso faz com que o paciente tenha um tratamento continuado, sem interrupções e, consequentemente, com uma eficácia maior e maiores chances de recuperação", diz a Associação em seu site.

Para colaborar, você pode doar os seguintes materiais de higiene novos, que serão utilizados pelos pacientes. A Afecc também recebe peças de vestuário e roupas de cama e banho, desde que limpos e em bom estado, que serão vendidos em seu Bazar, localizado na entrada do Hospital Santa Rita de Cássia. As caixas para receberem as doações já estão disponíveis nas portarias dos prédios da Justiça Federal no Estado aguardando seu donativo. Participe!

"Sexualidade Feminina"

Na segunda-feira, 02/10, a Seção Judiciária do Espírito Santo e a Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufes) promoveram mais uma ação em prol da saúde de servidoras, magistradas, estagiárias e funcionárias das empresas terceirizadas: a palestra "Sexualidade Feminina", em parceria com o programa "Viver Bem", da Unimed Vitória.

Ministrada pela fisioterapeuta Priscilla Gomes, a palestra, além de contribuir com a campanha "Outubro Rosa", abriu as comemorações pelo Mês do Servidor na Seccional.

Priscilla destacou a importância da mulher conhecer e observar o próprio corpo

Outubro Rosa

A Justiça Federal capixaba realiza este mês uma campanha para recolher donativos para a Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (Afecc), com o objetivo de promover o bem-estar do paciente em tratamento contra o câncer no Hospital Santa Rita de Cássia.

Você pode doar:

- materiais novos

- fraldas geriátricas
- meias
- chinelos de dedo (qualquer tamanho)
- escovas e pastas de dentes
- aparelhos de barbear tipo prestobarba
- espuma para barbear
- sabonetes
- xampus e condicionadores
- hidratantes

- materiais usados (limpos e em bom estado)

- roupas
- calçados e acessórios (bijuterias, cintos, bolsas, etc.)
- roupas de cama e banho

Até 31/10

Nas sedes da Justiça Federal do Espírito Santo

JUSTIÇA FEDERAL
SJES
ANOS

Comissão conclui edital de eliminação de autos findos da JFES

Ao todo a comissão considerou aptos ao descarte 1.123 processos, dos quais 996 são mandados de segurança

Após sete anos de atividade, a Comissão de Avaliação e Gestão Documental e de Autos Findos da Justiça Federal do Espírito Santo reuniu-se na tarde de 4 de agosto, na Seção de Arquivo e Depósito Judicial (Cidade Alta), para concluir o Edital de Eliminação de Autos Findos da Seccional, chegando, assim, à fase final dos trabalhos relativos ao projeto piloto implantado pela Direção do Foro em 2008.

Instituído pela Portaria nº 16-DF, de 15/04/2008, e inspirado em material e planejamento de ações provenientes da Seção Judiciária do Paraná (SJPR), adotados como Manual de Gestão pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), o Projeto Piloto para Eliminação de Autos Findos da SJES (Capital e Cachoeiro de Itapemirim) somente teve início em janeiro/2010, devido à mudança de parte do arquivo do edifício Flora Moysés (Rua Duque de Caixas, Centro de Vitória) para o anexo do Edifício Jerônimo Monteiro (na Beira Mar), por falta de espaço para armazenamento e em decorrência de reorganização do acervo no novo espaço, bem como a ausência de espaço apropriado para os trabalhos da Comissão.

Trabalho árduo

A primeira etapa dos trabalhos da comissão iniciou com a localização das caixas-arquivos, a retirada dos processos e a separação por lotes. Foram identificados e separados os processos de guarda permanente (assunto/classe/corte cronológico 1890 a 1973).

A partir daí foi iniciado o exame caso a caso, mediante anotações em lista de verificação correspondente, com a atuação das servidoras Rosane Silvano Minguta e Gilséa Martins Soares, sem prejuízo de suas atividades na Seção de Arquivo e Depósito Judicial (Seard/NAJ).

Em outubro de 2011, passou-se a contar com a colaboração das servidoras, Rosimeri Rocha Costa e Isabel Bosser, então lotadas na 4ª Vara Federal Cível e no Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), respectivamente.

Naquela ocasião, foi feita pesquisa acerca da existência de algum mandado de segurança originário da SJES figurando em precedentes de súmulas. A comissão buscou a orientação do juiz federal Pablo Coelho Charles Gomes, consultor do projeto, em relação aos MS separados por motivo de pendência, em fevereiro de 2015.

"Em maio/2015, contamos com a colaboração da Coordenadoria de Gestão Documental do TRF2, com o envio de um modelo de planilha por eles desenvolvida, destinada a montar a listagem com processos passíveis à eliminação e ao cálculo de guarda amostral, o que nos possibilitou dar continuidade aos nossos trabalhos", observa a comissão, em relatório.

Da planilha citada, constam todos os dados necessários ao cálculo amostral e à intimação dos interessados para resgate do processo e documentos e, ainda, considerando a possibilidade de busca de dados no Apolo, revelou-se como excelente instrumento.

No entanto, ao dar-se início à montagem da planilha, verificou-se que esta não absorveu o código Tabela Única de Assuntos (TUA), pois essa informação não constava do sistema (processos antigos). Mais uma árdua tarefa. A solução foi lançar o código TUA (tabela única de assunto), processo por processo no sistema.

De acordo com a comissão, essa etapa revelou-se muito dificultosa, já que para a movimentação no Apolo dos processos arquivados há mais tempo, foram necessários relançamento de dados, tais como a efetiva localização física do MS, custas iniciais, nome do advogado, número de volumes, número da caixa-arquivo do arquivamento etc.

A partir de então, cada processo selecionado e analisado foi lançado na planilha, com dados preenchidos automaticamente do Apolo.

Concluída a etapa de lançamentos de dados dos MS na Tabela de Cadastramento de Processos Aptos à Eliminação, atendendo à manifestação da diretora do NAJ, Vera Ely Massariol, feita à Secretaria Geral, o juiz federal José Eduardo do Nascimento, então diretor do foro, encaminhou ofício à Presidência do TRF2 em 24/06/2015, consultando acerca da viabilidade de elaboração do cálculo estatístico, a cargo do Núcleo Estatístico daquele Tribunal.

O Núcleo de Estatística do TRF2 elaborou a guarda amostral das planilhas de MS do Projeto, encaminhada em janeiro/2016.

Passou-se à etapa de identificação na planilha dos mandados de segurança preservados para guarda amostral, com a separação dos processos, rearquivamento no sistema e guarda em caixas-arquivo.

Etapa final

Processos de guarda permanente

No último dia 4 de agosto de 2017, a comissão se reuniu para concluir o edital de eliminação dos autos e teve acesso aos processos separados para guarda amostral e aos que serão eliminados. Também deliberou acerca dos processos de guarda permanente que serão arquivados em caixas identificadas conforme determinação da Resolução nº 318/2014 do Conselho da Justiça Federal.

A minuta do edital com a relação de processos para eliminação já foi encaminhada à Secretaria Geral administrativa da Seção Judiciária para ser submetida à Direção do Foro.

Os próximos passos serão publicar o edital, aguardar o prazo nele estipulado, selecionar e guardar os documentos de guarda permanente em pasta própria e descartar as peças as quais não houver manifestação de interesse, por meio de fragmentação.

Ao todo a comissão considerou aptos ao descarte 1.123 processos, dos quais 996 são mandados de segurança.

Justiça Federal homenageia magistrados e servidores por tempo de serviço

Dentre os mais antigos, serão homenageados os juízes federais Alexandre Miguel e Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, titulares da 1ª e da 5ª varas federais cíveis de Vitória, respectivamente

A Justiça Federal do Espírito Santo realiza no dia 17/10 Homenagem por Tempo de Serviço no auditório de sua sede, em Vitória, e no dia 30/10, na Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim, com a presença da diretora do foro.

O evento faz parte da programação do Mês do Servidor e conta com o apoio da Associação dos Servidores da Justiça Federal – Seção Judiciária do Espírito Santo (Assejufes).

Serão 60 homenageados (47 servidores e 13 magistrados), que completam 10, 15, 20, 25 e 30 anos de exercício na Justiça Federal da 2ª Região.

Resolução

A Homenagem por Tempo de Serviço foi instituída pela Resolução 37, de 15/06/2012, do TRF da 2ª Região, no âmbito das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (mediante adesão). De acordo com o ato, somente farão jus à homenagem os servidores que não incorrerem em nenhuma das restrições a seguir, durante o período avaliado: I. sanção disciplinar, cujo registro não foi cancelado, nos termos do art. 131 da Lei nº 8.112/1990; II. falta não justificada; III. esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância na data da homenagem.

O Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP) do órgão efetua o levantamento dos dados dos servidores a serem homenageados, segundo os critérios estabelecidos pela Resolução.

Ajude a JFES a montar uma brinquedoteca na sala de atendimento inicial dos juizados

A Justiça Federal, por meio de seu Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), está montando uma brinquedoteca para entreter as crianças que acompanham os pais na sala de atendimento inicial dos Juizados Especiais Federais. Para isso, a diretora do Núcleo, Vera Ely Massariol, conta com a ajuda dos colegas, advogados e usuários em geral que queiram doar brinquedos usados, tapete emborrachado, livrinhos para colorir, livros e revistas infantis para leitura, giz de cera e lápis de cor. As doações podem ser entregues no próprio NAJ (terceiro andar da sede, em Vitória).

Servidor da 4ª VF-EF de Vitória e equipe da 1ª VF-Criminal de Cachoeiro de Itapemirim recebem elogios de advogados

O desembargador federal Marcello Granado, ouvidor geral da Justiça Federal da 2ª Região, encaminhou esta semana à Seção Judiciária do Espírito Santo elogios registrados pela Ouvidoria ao servidor Wenderson Costa (foto ao lado), da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, e aos servidores e magistrados da 1ª Vara Federal Criminal de Cachoeiro de Itapemirim.

Veja abaixo:

"Venho por meio deste canal de comunicação para tecer elogio à pessoa do senhor Wenderson Costa que trabalha na 4ª Vara de Execução Fiscal da Justiça Federal do Espírito Santo. Pessoa muito educada, disposto a ajudar, orientar os advogados. Boas pessoas como ele são dignas de elogio e devem ser tidas como modelo. Agradeço pelo seu bom trabalho, sua alegria, humildade e realizar as suas tarefas com a devida atenção e zelo. Meus sinceros parabéns. Pessoas como ele deveriam viver eternamente. Parabéns. OBS: Faço questão que a pessoa referida no e-mail receba esse elogio." T.A.A.S. (advogada)

"Prezados, sou advogado, inscrito na OAB/ES sob o n 27.270 e possuo processos na Vara Federal de Cachoeiro do Itapemirim – ES. O motivo do presente é para fazer registro de ELOGIO aos serventuários e magistrados que ali atuam. É impressionante a educação, presteza e zelo dispensados no atendimento de advogados e jurisdicionados. É difícil hoje recebermos atendimento da forma como a ali realizada. Especificamente me refiro a 1ª Vara Criminal.

Apesar de atuar em Cachoeiro, meu escritório é localizado no RJ e sempre há preocupação dos servidores daquela Vara em comunicar este advogado sobre a audiências e disponibilidade do processo, chegando, há algumas vezes, ligar para o telefone deste advogado para dar ciência de eventual indisponibilidade do processo ou remarcação de Audiência, evitando assim deslocamento de mais de 240 km, ida e volta, da sede do escritório até a vara federal.

Peço a gentileza que este ofício chegue ao conhecimento dos servidores e magistrados, pois sabemos que no dia a dia somos muito mais cobrados do que reconhecidos em nosso trabalho, e que, tal reconhecimento sirva de estímulo para cada vez mais prestarem um serviço de excelência, como tem sido feito". T. C. (advogado)

Juízes apresentam na JFES programa de inovação e gestão da Justiça Federal de São Paulo no dia 9/10

Será realizada na próxima segunda-feira, 9/10, na sede da Justiça Federal, em Vitória, com videoconferência para as Subseções Judiciárias, a apresentação do "Programa de Inovação e Gestão da Justiça Federal de São Paulo", com os juízes federais Paulo Cezar Neves Junior e Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, diretor e vice-diretora do foro da SJSP, para todos os servidores da área administrativa. Juízes e servidores da área judiciária também estão convidados. No dia seguinte, os magistrados ministrarão a "Oficina sobre Liderança e Governança da Cultura da Inovação", para diretores e coordenadoras da área administrativa.

Divulgação do resultado da prova de sentença criminal será transmitida por videoconferência para a JFES

O desembargador federal Guilherme Couto de Castro, presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XVI Concurso para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da Segunda Região, através de comunicado, tornou pública a data de divulgação do resultado da prova de sentença criminal, que ocorrerá no dia 9/10/2017, às 14h30min, no Plenário do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2), Rua Acre 80, 3° andar, com transmissão, através de videoconferência, para o Estado do Espírito Santo (sede da Justiça Federal, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória/ES).

No dia 2/10, foi transmitida para a Justiça Federal capixaba a Sessão Pública de identificação das provas e divulgação das notas da prova de sentença cível, realizada em 27 de maio. Veja o edital no www.jfes.jus.br ou no www.trf2.jus.br.

Alunos da UVV visitam a Justiça Federal

A Justiça Federal recebeu no dia 28/09, em sua sede na capital, a visita de mais uma turma de estudantes de Direito da Universidade Vila Velha – UVV. Acompanhados pelo professor Fábio Bonomo de Alcântara, os alunos assistiram a uma palestra do juiz federal substituto da 2ª vara Federal Cível, Aylton Bonomo Junior, sobre história, competência, estrutura e funcionamento da Justiça Federal capixaba.

Em seguida, foram a primeira turma de estudantes a visitar o Centro de Memória da Justiça Federal, inaugurado no último dia 21/09, dentro das comemorações dos 50 anos da JFES. Ali foram guiados pelo servidor Jorge Crispiniano Vieira da Silva, responsável pelo local. De lá foram conhecer a sala de atendimento inicial dos Juizados Especiais Federais e a 6ª Vara Federal Cível – onde foram recebidos pelo diretor de secretaria Thiagus Coelho Freitas e equipe.

Coordenada pelo Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas, a visita faz parte do projeto "Justiça Federal, muito prazer", que visa aproximar cada vez mais a Justiça Federal da sociedade. Agendamentos pelo e-mail contato@jfes.jus.br.

No Centro de Memória da Justiça Federal e na 6ª Vara Federal Cível de Vitória

Pleno do TRF2 aprova a substituição do atual sistema processual pelo sistema e-Proc desenvolvido pelo TRF4*

Em sessão realizada na última quinta-feira (5/10), o Pleno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) aprovou, por unanimidade, o relatório apresentado pela desembargadora federal Nizete Lobato, corregedora-regional da Justiça Federal da 2ª Região, que propôs a substituição do atual sistema processual do TRF2 (Apolo) para o sistema e-Proc, desenvolvido e utilizado por magistrados e servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

Em seu relatório, Nizete Lobato listou os principais problemas encontrados no sistema Apolo, atualmente utilizado pelo TRF2: o alto custo para sua manutenção, a dependência de uma empresa de informática contratada para seu gerenciamento, a linguagem arcaica utilizada pelo programa, entre outros.

A presidência do TRF2 agora submeterá a decisão do colegiado do Tribunal ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), solicitando autorização para implantar o sistema e-Proc na Corte. A Resolução 185/2013, do CNJ, instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema informatizado de processo judicial no âmbito do Poder Judiciário. Porém, a norma estabelece que, no artigo 45, que "o Plenário do CNJ pode, a requerimento do Tribunal – no caso, o TRF2 -, relativizar as regras previstas nos artigos

34 e 44 desta Resolução quando entender justificado pelas circunstâncias ou especificidades locais".

O artigo 34 da referida resolução determina que "as Presidências dos Tribunais devem constituir Comitê Gestor e adotar as providências necessárias à implantação do PJe, conforme plano e cronograma a serem previamente aprovados pela Presidência do CNJ, ouvido o Comitê Gestor Nacional". Já o artigo 44, prevê que a partir da vigência da Resolução "é vedada a criação, desenvolvimento, contratação ou implantação de sistema ou módulo de processo judicial eletrônico diverso do PJe …".

Havendo autorização do CNJ para a implantação do e-Proc no TRF2, o TRF4 se comprometeu a oferecer todo o apoio técnico e logístico para a implantação do sistema e migração do Apolo para o e-Proc.

Relatório

O relatório apresentado pela desembargadora Nizete Lobato representa o resultado do trabalho de uma comissão de magistrados e servidores da Justiça Federal da 2ª Região que visitou o TRF3 e o TRF4, em agosto de 2017, para conhecer os sistemas informatizados para tramitação dos processos dos dois tribunais.

Se confirmada, a implantação do e-Proc será gratuita para o TRF2, que terá que arcar apenas com o custo de manutenção.

Atualmente, o TRF2 apresenta o segundo maior índice de virtualização de novos processos (95,4% de novos casos), ficando atrás apenas do próprio TRF4, criador do e-Proc. Em 2017, o acervo físico do TRF2 representa apenas 6% do total de processos em tramitação.

e-Proc

O e-Proc foi idealizado e desenvolvido por magistrados e servidores da Justiça Federal da 4ª Região. Por atender todas as matérias e graus, é considerado pelos usuários um sistema consolidado pela agilidade e pelas funcionalidades. Além disso, representa economia para a gestão pública e sustentabilidade, pois dispensa o uso de papel e insumos para a impressão. Outro aspecto é a disponibilidade do sistema online, 24 horas por dia, a partir de qualquer local com acesso à internet.

Há sete anos foi implantada a nova versão do e-Proc, que passou a contemplar todos os graus de jurisdição, chegando também ao TRF4. Mas a trajetória do e-Proc já vem de longe. O primeiro sistema processual eletrônico da Justiça Federal do país começou a ser utilizado em 2003, nos Juizados Especiais Federais (JEFs) do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. A versão atual foi construída aproveitando os conceitos da primeira versão, sendo implantada em todas as varas federais de primeiro grau em 2009 e, em 2010, também no TRF4.

Com o desenvolvimento próprio e cessão gratuita para órgãos do Poder Judiciário, o e-Proc tem sido adotado por outras instituições.

***TRF2, com informações do TRF4**

6ª Vara Federal Cível faz reunião com servidor em trabalho remoto e implanta projeto de desenvolvimento de equipe

O diretor de secretaria da 6ª Vara Federal Cível de Vitória, Thiagus Coelho Freitas, realizou no dia 29 de setembro a reunião mensal de sua equipe com a participação de um servidor que trabalha 100% em regime de teletrabalho.

Direto de Belo Horizonte/MG, onde reside, "o servidor Adilson Orçai Fialho teve a oportunidade de interagir na reunião, acompanhando toda a apresentação de projetos, dando sugestão para os demais servidores, tudo isso, utilizando o sistema de videoconferência do Skype", conta o diretor.

Thiagus agora se prepara para iniciar na 6ª Vara um programa de desenvolvimento de equipe, abordando a identificação da missão institucional da Justiça Federal da 2ª Região, a construção dos valores inerentes à equipe e fixação de metas.

Também fazem parte do programa vários projetos de organização interna e da gestão do conhecimento. Dentre eles, taxonomia (organização da forma de armazenamento de arquivos), Kbase (padronização e criação de uma base de conhecimento, a fim de permitir o acesso de todo o trabalho intelectual de determinado colaborador para toda a equipe), textos padrões (inclusão de textos padrões de atos ordinatórios, despachos, decisões e sentenças, no sistema processual); Projeto 150/200/250 (confecção de minutas de sentenças): integração entre gabinete e secretaria.

Além desses projetos, os servidores com experiência em determinado assunto irão montar pequenos treinamentos, com o objetivo de repassar informações técnicas de determinadas matérias, a fim de disseminar diversos conteúdos entre os membros da equipe

CCJF/Vitória promove lançamento de livro e pocket show poético musical

O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF-Vitória) promoveu no dia 4/10, na sede da Justiça Federal, o lançamento do livro "Gauche – À procura da Poesya", do artista Betho Penedo. O artista também apresentou um pocket show poético musical. Mais um evento do CCJF em apoio à produção cultural capixaba. Contatos para exposições e eventos na JFES: (27) 3183-5189

Agentes da Justiça Federal participam de curso da Polícia Federal

Os agentes de segurança Alan Vasco Penha Teixeira, Bruno Gonçalves dos Santos, Edno Ricardo Borgo, Frederico Amigo Vidal, Leonardo Fiereck Afonso, Renato Puziol de Oliveira e Wilkilane Gutler de Paula receberam, na manhã de hoje, os certificados pela participação no Curso de Operador do Bastão Retrátil, realizado pela equipe de instrutores da Academia Nacional de Polícia (ANP), sob a coordenação do delegado de Polícia Federal Airton Rogério Takada.

Juiz federal Rodrigo Reiff Botelho, (3º da esq. pra dir.), com o diretor de segurança da Justiça Federal Edilson Carlos Vidal (4º), agentes da JF e membros da PF

O curso aconteceu, entre os dias 2 e 6 de outubro, na sede na Superintendência de Polícia Federal do Espírito Santo, localizada em São Torquato (Vila Velha-ES), e foi orientado ainda pelo delegado de Polícia Federal Luciano Flores. Participaram 80 servidores ligados à área de segurança de diversos órgãos, além da Justiça Federal, como das Polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal, Guarda Comunitária de Vitória, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, com sede em Fortaleza-CE, e Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

Participaram da solenidade o Superintendente Regional da Polícia Federal no Espírito Santo, DPF Ildo Gasparetto, o Chefe da Delegacia Regional Executiva, DPF Luciano Flores de Lima, o Chefe do Serviço de Educação Física da Academia Nacional de Polícia, DPF Airton Rogério Takada, o representante da Direção do Foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juiz federal Rodrigo Reiff Botelho, o Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo, Inspetor Wylis Antonio Lyra, um representante da Guarda Civil de Vitória e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, desembargador Mário Ribeiro Cantarino Neto.

O juiz federal Rodrigo Reiff entrega o certificado ao agente Edno Ricardo Borgo

Falando em nome dos alunos, o agente da Justiça do Trabalho, do TRT do Ceará, José Osmar Brito Gomes Filho, que também é instrutor de cursos no órgão, agradeceu à Polícia Federal por ter proporcionado o curso, aos instrutores e à Justiça Federal por tê-lo indicado. O agente elogiou a didática e o empenho dos instrutores. "Estou retornando para minha cidade, Fortaleza, no Ceará, com uma bagagem de conhecimentos mais apurada para o repasse aos colegas, e tendo feito novos amigos. Espero poder ter a honra, se possível, de participar de outros treinamentos com a Polícia Federal e outros órgãos, além de tornar-me um profissional apto a apresentar um trabalho de excelência como a sociedade assim espera", disse.

Segurança institucional

Falando em nome da Direção do Foro da JFES, o juiz federal Rodrigo Reiff Botelho fez um agradecimento ao superintendente da PF-ES, Ildo Gasparetto, "pela oportunidade de franquear esse espaço para o treinamento dos agentes de segurança da Justiça Federal" e ressaltou "a importância desse treinamento de uso de armas não letais, principalmente no contexto nosso, da Justiça, que é de segurança institucional", onde "os procedimentos de segurança são feitos dentro do âmbito dos fóruns, e há jurisdicionados, cidadãos em geral". Na maioria das vezes, o uso de equipamentos não letais é suficiente, mas não adianta ter o equipamento se não souber manuseá-lo. Até uma caneta vira uma arma letal se não souber como aplicá-la, usá-la", "que esse conhecimento se replique agora nas outras instituições".

Informativo produzido pelo:
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:
Telefone: (27) 3183-5109
E-mail: ncs@jfes.jus.br
Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico
Subsecretaria de Produção Visual - SPRO